

## É “terrível” a exploração da Margem Equatorial<sup>1</sup>

Edvaldo Santana<sup>2</sup>

Entre os anos 1940 e 1960, período da Guerra Fria, o uso da bomba atômica, ou mesmo termonuclear (bomba de hidrogênio ou bomba H), fazia parte da estratégia norte-americana para frear o comunismo. Não gerava constrangimento o fato de eventual lançamento desses artefatos resultar em 625 milhões de mortes – 325 milhões na Rússia e na China, 200 milhões na Europa Ocidental e Oriental e 100 milhões no Afeganistão, Índia e Japão. Era do (ir)racional americano usar armas de destruição em massa (ADMs) para dizimar, na época, mais de 20% da população mundial.

Eisenhower, no seu discurso de posse em 1953, mostrou preocupação com o cenário científico das ADMs, que ele chamou de “peregrinação humana, das trevas para luz”. A ciência, nas palavras dele, daria um presente final, “de apagar a vida humana”. E indagou: “estamos mesmo chegando à luz?”

Nos testes da bomba H, ilhas inteiras desapareciam, como no caso de Elugelab, integrante do atol de Enewetak, no Pacífico Sul. E não havia grandes cuidados com os habitantes dessas ilhas, tampouco com os navegadores que por lá circulavam.

Nos Estados Unidos, a campanha era avassaladora, sobretudo nas escolas, onde as crianças ganhavam “chapinhas” de identificação, caso, motivado por uma explosão nuclear, se perdessem dos pais. A campanha escondia outro objetivo, o de nutrir um inimigo – o comunismo.

Em 1º de junho de 2014, em artigo no portal The Ecologist, Tom Engelhardt ampliou o conceito de ADM, sendo nele incluídas as mudanças climáticas, ou “o sistema de destruição em escala planetária, facilitada pela maior parte das

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/e-terrivel-a-exploracao-da-margem-equatorial.gh.html> Acessado em 28.05.2024

<sup>2</sup> Doutor em engenharia de produção e ex-diretor da Aneel

elites governantes e empresariais, que está a se tornar num crime contra humanidade, na verdade contra a maioria dos seres vivos”.

Nada tão apropriado. Para Engelhardt, as mudanças climáticas seriam uma ADM com pavio longo e já acionado, com detonação certa, mas inesperada, que progrediriam numa “cascata de catástrofes”.

Passados dez anos, tenho pequena discordância das conclusões de Tom Engelhardt. As mudanças climáticas já não são ADMs de pavio longo, mas de vários detonadores muito curtos, todos já acionados pelo homem.

Em entrevista no Globo do dia 22, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, argumentou que, quando o assunto é a Margem Equatorial, seu pensamento é alinhado ao de Magda Chambriard, então futura presidente da Petrobras. Compreendo. Mas penso diferente.

Dia 15 de maio, um dos painéis do “Summit Brazil-USA” abordou a possibilidade de o Brasil liderar mundialmente a transição energética. Para um país que tem uma matriz elétrica com fontes mais que 90% renováveis, essa liderança deveria ser concreta. Mas não é.

Uma pergunta formulada no evento foi quanto à oportunidade de exploração da Margem Equatorial. As imagens subjacentes ainda eram as enchentes no Rio Grande Sul. Respondi com uma história de vida.

No início dos anos 1960, vivia com minha avó numa comunidade cafuza em Aracaju. Cozinávamos com a lenha que catávamos a cada 15 dias. Mas alguém notou que, com frequência, íamos sempre mais longe à procura dos galhos secos encontrados pelo chão. Passamos a gastar um dia no mato, quando antes bastava uma tarde.

A decisão objetiva partiu das pessoas mais velhas: dali em diante, nossa alimentação deveria priorizar mais ainda as frutas ou bens que necessitassem muito pouco do fogo. A sabedoria indígena e o instinto de preservação (da etnia, inclusive) indicavam que o recurso escasso era a lenha – a natureza. Ou seja, há 60 anos já fazíamos o que defendeu Carlos Nobre numa marcante entrevista ao Valor do dia 15 de maio.

Ora, se o petróleo e o gás, além de serem poderosos pavios das ADMs, são finitos, com tendência à escassez, por que correr tanto, e sempre mais distante, para extraí-los? Se já não há dúvidas quanto aos efeitos das mudanças climáticas, não seria mais prudente estudar melhor o que fazer?

O ministro de Minas e Energia, nos jornais do dia 28 de maio, deu uma resposta prosaica para essas questões: “nossos irmãos da Guiana chupando de canudinho as riquezas do Brasil. Estão explorando na divisa, em um bloco adquirido no governo Dilma”. É uma das motivações para apressar o passo.

A humanidade tem um grande desafio. Não é trivial a substituição dos combustíveis fósseis. Pense na indústria química e do vidro sem o gás natural. Imagine, na Europa e nos Estados Unidos, como seria a logística para substituir o gás na geração de eletricidade. Nada disso se fará sem um plano um detalhado, com certeza muito mais preciso que o lançamento do telescópio Webb ou o envio de uma nave tripulada a Marte. Mas é imperioso começar.

Dia 21 maio, por volta do meio-dia, o consumo de eletricidade no Brasil era de 83 GW. Para atender a essa demanda, a oferta era composta por hidrelétrica (40 GW), solar (24 GW), eólica (12 GW) e o restante vinha da nuclear e da inflexibilidade de termelétricas. Quase 92% da demanda era suprida por fontes renováveis.

Com um detalhe muito importante: naquele dia, a disponibilidade das hidrelétricas era maior que 85 GW. Se fosse necessário, 100% do consumo poderiam ser atendidos com uso da água como fonte de geração, como o foi até os anos 1980. O Brasil, assim, tem um espetacular excedente de energia elétrica limpa. Equivale ao consumo de todos os países da América Central, excluindo o México. E ainda há um potencial de 300 GW que viriam do hidrogênio verde.

É, por tudo isso, o momento de o Brasil, ao mesmo tempo que sai de uma tragédia climática sem precedentes, ser um exemplo de transição para uma matriz energética mais limpa. Claro que, no estágio atual, é impossível permutar 100% dos combustíveis fósseis, mas é erro gravíssimo estimular seu uso, caso da Margem Equatorial. Não faz sentido a perda de mais vidas e o desaparecimento de cidades. Seria um “terricídio”, termo criado por Tom Engelhardt naquele artigo de junho de 2014.